



Os índios de Alagoas e a duplicação da BR-101: análise da imagem indígena veiculada no jornal impresso Gazeta de Alagoas¹

Salmom Lucas Monteiro COSTA²
Magnólia Rejane Andrade dos SANTOS³
Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL

RESUMO

A BR-101 é uma das principais rodovias do país e atualmente está sendo duplicada de norte a sul, passando por 12 estados brasileiros, centenas de cidades e impactando a vida de milhares de pessoas. Em Alagoas, nos 250 quilômetros de extensão da rodovia, além da população litorânea, quatro comunidades indígenas são afetadas pelo empreendimento. O presente artigo busca por em discussão o tratamento editorial dado pelo jornal impresso Gazeta de Alagoas aos povos indígenas no âmbito da duplicação, mapeando as representações acionadas pelo veículo no conteúdo jornalístico. A metodologia utilizada para o trabalho foi a da Análise de Conteúdo de Bardin (1977) e a amostra analisada a partir dos conceitos das Teorias do Jornalismo, com ênfase na Teoria da Agenda de McCombs (2009).

PALAVRAS-CHAVE: Índio; BR-101; Gazeta de Alagoas, Agendamento Midiático; Representações.

INTRODUÇÃO

A duplicação da BR-101 é um grande empreendimento que vem sendo realizado pelo Governo Federal, através do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), em vários estados brasileiros. Em Alagoas, as obras, que iniciaram em julho de 2010, afetam direta e indiretamente quatro comunidades indígenas, que são Wassu-Cocal, Karapotó Terra Nova, Karapotó Plak-ô e Kariri Xocó. Para compensar os prejuízos causados aos índios, o DNIT prometeu uma série de medidas compensatórias de reparação, medidas que devido aos trâmites burocráticos da estrutura do Estado e morosidade na materialização das promessas, gera descontentamento por parte dos indígenas, a ponto de protestarem durante dias e interditarem a rodovia.

¹ Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 28 a 30 de maio de 2015.

² Recém-graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Alagoas. E-mail: salmom.monteiro@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Alagoas. Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: magnoliasantos@hotmail.com



Se o índio, em outros tempos, era caracterizado de maneira caricata, semelhante a um personagem de história em quadrinhos, onde “o chefe da tribo se chama cacique; o chefe religioso (sacerdote) é o pajé; os índios falam língua tupi; os índios vivem exclusivamente da caça e pesca; todos os índios dormem em rede” (FARIA, 1981 apud BANDEIRA, 2003, p. 108), constituíram-se assim, no senso comum da sociedade através de discursos desse tipo na literatura, cinema, artes e nos livros escolares, a imagem do “bom selvagem”, criatura exótica e guardião de um passado-presente vivo-bonito de ser apreciado. Entretanto, vale destacar, “descritos apenas pelo que foram (ou pelo que supõe-se que eles foram) há séculos atrás, mas sabe-se nada (ou muito pouco) sobre o que eles são hoje em dia” (OLIVEIRA, 1999 apud BANDEIRA, 2003, p. 109).

Partindo dessa reflexão, na imprensa local, especificamente no jornal Gazeta de Alagoas, o retrato imagético divulgado do índio passa longe do “selvagem pacificado” e especificamente na duplicação da BR-101, empreendimento orçado em mais de um bilhão de reais, os protestos provocados pelos indígenas ganham mais notoriedade no impresso do que os próprios motivos que provocam as manifestações contra o governo. Nesse sentido, com o objetivo de investigar as representações e a construção significativa do índio por meio do agendamento das notícias vinculadas no impresso de maior circulação e credibilidade do estado, o recorte central do corpus do presente trabalho é composto pelos textos jornalísticos publicados entre o período de julho de 2010⁴ e junho de 2014.

A análise será feita por meio dos procedimentos metodológicos propostos pela Análise de Conteúdo de Bardin (1977), debruçando-se nos estudos do espaço ocupado pelos índios na agenda de notícias do veículo e o tratamento editorial dado ao material reunido. Como respaldo teórico, as teorias do jornalismo, destacando os conceitos da objetividade no jornalismo, critérios de noticiabilidade e agendamento.

JORNALISMO IMPACIAL?

A objetividade no jornalismo (muito propagada ideologicamente pelos profissionais dos meios de comunicação de massa) transmite – ou ao menos tenta transmitir - a ideologia de um discurso uniformizado das notícias, apuradas e produzidas nos cânones técnicos jornalísticos. Tais notícias seriam puramente fidedignas aos

⁴ Data do início das obras de duplicação no estado de Alagoas.



acontecimentos, neutras, isentas de qualquer tipo de opinião e estruturalmente padronizadas.

Mas além dos interesses pessoais ou organizacionais que não deixam de existir, os profissionais da mídia possuem suas crenças, ideologias, pré-conceitos, visão de mundo e juízos de valores que, inevitavelmente, serão inseridos nas produções noticiosas. Para Martino (2003), “do repórter que presencia determinado acontecimento até a recepção da mídia pelo leitor, a realidade passa por processos vários de reconstrução, seleção, adaptação e edição, que distanciam o produto final da realidade objetiva” (MARTINO, 2003, p. 88). Conseqüentemente, o conceito da objetividade no jornalismo aparece então porque há uma percepção de que a interpretação dos fatos é subjetiva, construída a partir da mediação de um indivíduo e transmitida, logo depois, pela imprensa, que nesse cenário passa a assumir a condição privilegiada de palco contemporâneo do debate público, sendo que “a palavra palco não foi escolhida aleatoriamente. Na contemporaneidade, as representações substituem a própria realidade” (PENA, 2010, p. 29).

A metáfora bastante conhecida da TV como “janela para o mundo” também poderia estender-se aos demais veículos de comunicação, independente da significação legítima ou não da frase. O fato é que a mídia ordena, hierarquiza e simplifica, de modo geral, as ocorrências do dia, abrindo a janela para mostrar, contudo, não uma realidade fidedigna e “um reflexo claro dos acontecimentos do cotidiano” (PENA, 2010, p. 125), como afirma a teoria do espelho⁵ do jornalismo, mas sim um olhar, uma interpretação midiaticizada dos eventos rotineiros, imagens idiossincráticas, realidade de segunda mão, formada, sobretudo, pela percepção e relato humano do jornalista, além dos critérios de noticiabilidade dos meios, onde são “mais do que simples canal de transmissão dos principais eventos do dia. A mídia constrói e apresenta ao público um pseudoambiente que significativamente condiciona como o público vê o mundo” (MCCOMBS, 2009, p. 47). Para Maxwell McCombs,

Há muitos eventos e situações solicitando a atenção dos jornalistas. Uma vez que não há nem a capacidade de coletar informação sobre todos estes eventos nem a capacidade de contar à audiência sobre eles, os jornalistas apoiam-se sobre um conjunto e normas profissionais que guiam sua seleção diária do

⁵ A teoria do espelho é uma das teorias mais antigas do Jornalismo e a primeira tentativa de entender porque as notícias são da maneira que são, desenvolvida a partir do ano de 1850. O conceito inspira-se nas ideias positivistas do filósofo francês Auguste Comte (1798-1857) e surgiu numa época de profundas transformações na imprensa dos Estados Unidos com o desenvolvimento de uma rentável e promissora indústria noticiosa de massa.



ambiente. O resultado é que veículos noticiosos apresentam uma visão limitada do ambiente mais amplo, algo como a visão altamente limitada do mundo exterior disponível através de uma estreita fresta de alguns edifícios contemporâneos. (Ibidem, 2009, p. 44 e 45)

Sobre essa visão limitada da imprensa, Moreira (2006), através dos conceitos de Gomis, afirma que “para cada notícia publicada, costuma-se dizer que nove são desprezadas” (MOREIRA, 2006, p. 27). Os assuntos escolhidos para comporem a agenda midiática seriam aqueles hábeis de suscitar comentários, uma “versão jornalística de um fato capaz de ter repercussões” (GOMIS, apud, MOREIRA, 2006, p. 24). Assim, durante o processo de seleção do que é ou não notícia,

são jogadas ao cesto, cinco, dez ou quinze que, se publicadas, haveriam sido consideradas igualmente notícia. E como essa seleção não se faz ao azar, mas em virtude de uma decisão que alguém toma, pode-se deduzir que umas notícias são mais notícias que outras, segundo a lógica dos meios e o critério de quem seleciona as notícias. (Ibidem, p. 24)

Nesse contexto, ainda de acordo com o autor, a imagem do repórter não deve ser a daquela que busca incansavelmente as informações que estão na rua, porém a daquela que apenas seleciona. Os fatos escolhidos para estarem na agenda obedecem, invariavelmente, a várias etapas de decisão e negociação com agentes envolvidos, onde os profissionais - os *gatekeepers*⁶ -, ao filtrarem, ativam vários padrões viciados de critérios de noticiabilidade, influenciados sob a pressão de fatores como

autoridade do proprietário, possibilidade de sanções, normas consuetudinárias e ética profissional, influência normal dos colegas, valores profissionais, antecedentes familiares e geográficos, conhecimentos, experiências e gostos, pressões da comunidade e estrutura social exterior, demais grupos de referência presentes no mundo da informação. (MOREIRA, 2006, p. 29)

Os valores-notícia, portanto, funcionam como um filtro durante a seleção e construção social dos fatos “eleitos” pelos jornalistas, personificando os veículos de comunicação, para estarem na mídia. Valores que não são naturais, mas sim

fruto da cultura jornalística e de uma intenção prévia, e esta pode originar-se em um nível pessoal, organizacional, social, econômico, ideológico etc. Tanto os sujeitos com as rotinas e também certos segmentos sociais, por

⁶ A teoria do gatekeeper surgiu na década de 1950. Segundo Pena, diante de um grande número de acontecimento, só viraria notícia aquilo que for selecionado por uma pessoa com o poder de decidir se deixa passar a informação ou evita que a mesma seja publicada no veículo de comunicação (PENA, 2012).



exemplo, são agentes de valoração e construção das notícias. Em determinadas ocasiões, o que chamamos de “fatos jornalísticos” podem nos dizer pouquíssimo sobre a sociedade em que vivemos. (MOREIRA, 2006, p. 40).

São os fatos jornalísticos, as notícias devidamente escolhidas para comporem a agenda midiática, que Lippmann destaca serem “nossas janelas ao vasto mundo além de nossa experiência direta” e que “determinam nossos mapas cognitivos daquele mundo” (LIPPMANN apud MCCOMBS, 2009, p. 19). McCombs afirma ainda que as representações que possuímos em mente têm muitas origens, entretanto, “entre as várias fontes existentes para o nosso conhecimento do mundo que nos cerca, os mass media são especialmente proeminentes” (Ibidem, p. 62 e 63). Seja através da interação entre os indivíduos no mesmo ambiente ou, até mesmo, no ciberespaço, especialmente hoje nos sites de redes sociais digitais – como *Twitter*⁷, *Facebook*⁸ e *WhatsApp*⁹ -, os meios de comunicação, conseqüentemente, acabam pautando as conversas cotidianas e apresentam uma agenda de imagens fragmentadas e recortadas em vários ângulos dos principais acontecimentos do dia que, conforme explica Baccega (1994),

o mundo que nos é trazido, que conhecemos e com base no qual refletimos é um mundo que nos chega editado, ou seja, ele é redesenhado num trajeto que passa por centenas, às vezes milhares de filtros até que apareça no rádio, na televisão ou no jornal (BACCEGA, 1994, apud MARTINO, 2003, p. 90)

E é essa realidade dos fatos reconstituída e recontextualizada, no qual “as notícias aparentemente objetivas reconstituem um determinado fato situando-o em um contexto diverso, por vezes distante de sua situação original” (SAPEROS apud MARTINO, 2003, p. 68), que o público irá considerar os temas tratados na agenda de significativa importância, assuntos, como já foi aqui colocado, que passam por todo um processo industrial de seleção, produção e ressignificação antes de serem publicados, onde receptor não possui a mínima noção de como aquela mensagem é processada; conteúdos devidamente filtrados e incluídos na agenda da mídia e que, ao chegarem na agenda pública, possuem ferramentas linguística significativas capazes de influenciar o

⁷ Site de rede social em que o usuário pode publicar mensagens sobre qualquer assunto que desejar abordar em até 140 caracteres. Lançado em 2006.

⁸ Site de rede social, lançado em 2004.

⁹ Aplicativo para smartphone, que permite a troca de mensagens pelo celular sem custo financeiro, desde que esteja conectado à internet. Lançado em 2010.



público no que pensar e como pensar sobre os assuntos enquadrados nos veículos de comunicação.

Ao averiguar mais de 900 edições do jornal publicadas no período demarcado à pesquisa, sete produtos noticiosos foram coletados, sendo seis do gênero informativo e um de natureza opinativa. Seguindo os passos metodológicos, o trabalho mostrará o agendamento feito pelo veículo e, por fim, o enquadramento dado aos textos jornalísticos que compõem um leque de representações dos povos indígenas impactados pelas obras de duplicação da BR-101 em Alagoas.

AS MATÉRIAS

Em 7 de março de 2012, a matéria “Índios protestam e obra na BR-101 é suspensa” informou aos leitores do impresso que indígenas da tribo Karapotó “fizeram pintura de guerra, colocaram cocares e pegaram em lanças para impedir que os funcionários de construtora dessem continuidade à obra” (BASTOS, 2012), no trecho da rodovia que perpassa o município de São Sebastião.

Três dias depois, na edição de 10 de março de 2012, a matéria “Dnit vai resolver impasse com índio” traz o então vice-governador do estado, José Tomaz Nonô, como principal fonte ao declarar que o à época diretor geral do DNIT, Jorge Ernesto Fraxe, estará em Alagoas para dialogar com os indígenas e “equacionar pendências” (CARVALHO, 2012), para que “a obra seja tocada a pleno vapor” (Ibidem, 2012). Uma semana depois, no dia 16 de março de 2012, o jornal reportou, através do texto “DNIT e índios fecham acordo sobre duplicação”, a vinda do diretor do DNIT ao estado e que na ocasião teria solucionado os impasses.

Entretanto, um mês após a reunião, a edição do dia 19 de abril de 2012, com manchete de capa, vinculou a notícia “Índios bloqueiam BR-101 e geram transtornos”, dando amplo destaque a interdição de aproximadamente sete horas da rodovia provocada pelos indígenas da comunidade Wassu-Cocal que, na ocasião, reivindicavam as relocações e o pagamento das indenizações das famílias que viviam às margens da pista e precisariam sair para a duplicação da BR-101. A matéria ressaltou ainda, enfatizado no próprio título, os “prejuízos” causados aos motoristas que trafegam na rodovia que, segundo o autor da reportagem, são alheios “aos acordos firmados e não cumpridos entre governo federal e indígenas” (CARVALHO, 2012), mas que mesmo



assim “pagaram a conta” (Ibidem, 2012), conforme sublinha uma fonte selecionado pelo jornalista do impresso:

“É prejuízo para o dono do caminhão e para mim, que vou deixar de receber comissão por mais uma viagem que eu poderia fazer hoje, mas que não será possível por causa desse bloqueio”, lamentou o caminhoneiro Ronaldo Alves, que se deslocava do Porto de Suape, em Pernambuco, em direção a Arapiraca, no Agreste alagoano. (Ibidem, 2012)

Na capa da mesma edição, o texto chamada “Índios fecham rodovia para reivindicar indenizações”, juntamente com a fotografia estampada na primeira página, mostra a pista completamente interditada com um poste de energia elétrica atravessado no meio, dezenas de índios aglomerados, viatura da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e, logo atrás, uma fila extensa de veículos parados. No final do lide chamada, ressaltou-se ainda o “longo engarrafamento de caminhões” provocados pelo protesto, evidenciando mais os problemas provocados pelo protesto aos motoristas, do que os motivos que levaram os manifestantes a interditarem a rodovia, conforme pode ser conferido abaixo:

Figura 1 – Capa da Gazeta de Alagoas destacando a interdição de rodovia.



Fonte: Gazeta de Alagoas, edição do dia 19 de abr. de 2012.

Alguns meses depois, na tiragem do impresso do dia 1 de dezembro de 2012, a matéria “Índios da tribo Wassu-Cocal fecham a BR-104”, também manchete de capa, além de errar o nome da rodovia – que no caso seria BR-101 -, o jornal noticiou outra interdição e com a mesma pauta de reivindicações que ocasionaram o primeiro bloqueio. O enfoque dos transtornos causados aos transeuntes também esteve novamente presente na matéria:

“Tenho horário para chegar, mas estou preso aqui há mais de 24 horas”, lamentava um caminhoneiro que transportava carga perecível. Muitos optaram por rotas alternativas para chegar ao destino, o que deixou a viagem mais longa e elevou, conseqüentemente, os gastos do combustível. (CARVALHO, 2012)

Curiosamente, não houve matéria no veículo que abordasse o desfecho do protesto. Entretanto, na mesma edição do dia 1 de dezembro, o editorial “A selvageria no asfalto” faz uma análise do bloqueio da BR-101, afirmando, no começo do texto, que “mais um protesto usa a vezeira forma de prejuízo à vida alheia. Desta vez, foram os indígenas os autores da proeza, interrompendo o tráfego pela BR-104 por conta de sua pauta de reivindicações” (GAZETA DE ALAGOAS, 2012) e compara a manifestação com uma cena do Velho Oeste americano. No decorrer do texto, o autor ressalta quais os motivos que provocaram a interdição e relata, resumidamente, um pouco sobre a história de luta dos Wassu-Cocal. Entretanto, no final do editorial, sublinha que nada justifica “a imposição de prejuízos aos demais cidadãos, inocentes e indefesos, que tiveram o azar de precisar transitar pela rodovia interditada” (Ibidem, 2012), além de assinalar a “extrema falta de respeito à cidadania”, encerrando o texto com a seguinte frase: “Pode-se dizer, sem medo de errar, que tais protestos são pura selvageria, um desserviço da democracia” (Ibidem, 2012).

Na ocasião, o impresso não apontou na primeira página as razões da nova manifestação dos índios. Com a manchete “Índios bloqueiam rodovia há mais de dois dias”, uma foto grande destacando os galhos e troncos de árvores obstruindo o tráfego de veículos e a legenda “Manifestantes da tribo Wassu-Cocal utilizaram galhos para fechar a BR-101, desde a última quinta-feira, em Joaquim Gomes, e motoristas enfrentaram transtornos para trafegar”, o impresso mostrou e priorizou, mais uma vez e apenas só, os contratempos enfrentados pelos transeuntes, conforme pode ser visto na figura que segue:

Figura 2 - Capa da Gazeta de Alagoas destacando nova interdição de rodovia.



Fonte: Gazeta de Alagoas, edição do 01 de dez. de 2012.

Quatro dias depois da interdição, a publicação do dia 4 de dezembro de 2012, “Índios ameaçam novo bloqueio”, chama a atenção para uma possível nova interdição da rodovia BR-101. A matéria, além de alertar para um possível novo bloqueio, resgata mais uma vez os transtornos e prejuízos causados aos usuários da pista na última interdição.

CONCLUSÃO

Na análise do material selecionado sobre os índios de Alagoas impactados pela duplicação da BR-101, constatou-se, no período do monitoramento, que todos os produtos noticiosos analisados possuem um investimento, na maioria das notícias,



circunscritos em torno da temática do protesto, sem aprofundar o tema, ignorando o histórico e focando apenas no factual do acontecimento.

Ao expor o índio superficialmente, o jornal Gazeta de Alagoas aciona para o público leitor do impresso uma representação negativa e genérica dos povos, sempre mostrados, na recorrência das poucas matérias sobre o entrave entre índios e duplicação da BR-101, como os “selvagens do asfalto” contrários ao progresso e que atrapalham o desenvolvimento do estado, fazendo do jornalismo, assim, uma prática contrária aos interesses de minorias sociais como a dos indígenas e propagando um discurso que é favorável, apenas, à classe política-econômica, uma das principais beneficiadas com o empreendimento.

REFERÊNCIAS

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Mídia e poder simbólico**: um ensaio sobre comunicação e campo religioso. 2. Ed., São Paulo: Paulus, 2003.

MCCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda** - A mídia e a opinião pública. 1. Ed., São Paulo: Vozes, 2009.

MOREIRA, Fabiane Barbosa. **Os valores-notícia no jornalismo impresso**: análise das ‘características substantivas’ das notícias nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo e o Globo. Dissertação de mestrado em comunicação – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2006.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. 2. Ed., São Paulo: Contexto, 2010.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

A SELVAGERIA no asfalto. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 1 dez. 2012. Caderno Opinião. Disponível em: <
<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/acervo.php?c=213642>> Acessado em: 22 nov. de 2014.

BASTOS, Patrícia. Indígenas protestam e obras na BR-101 é suspensa. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 7 mar. 2012. Caderno Cidades. Disponível em:
<<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=197830>> Acessado em: 02 fev. de 2015.

CARVALHO, Severino. DNIT vai resolver impasse com índios. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 10 mar. 2012. Caderno Política. Disponível em: <



<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=198014>> Acessado em: 22 nov. de 2014.

_____, _____. Índios bloqueiam BR-101 e geram transtornos. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 19 abr. 2012. Caderno Cidades. Disponível em: <
<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=200196>> Acessado em: 22 nov. de 2014.

_____, _____. Índios da tribo Wassu-Cocal fecham a BR-104. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 1 dez. 2012. Caderno Cidades. Disponível em: <
<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=213609>> Acessado em: 22 nov. de 2014.

ÍNDIOS ameaçam novo bloqueio. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 4 dez. 2012. Caderno Cidades. Disponível em: <
<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=213767>> Acessado em: 22 nov. de 2014.

MORENA, Melo. DNIT e índios fecham acordo sobre duplicação. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 16 mar. 2012. Caderno Política. Disponível em: <
<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=198374>> Acessado em: 22 nov. de 2014.